

Editorial

Maria Vieira Silva¹

Leonice Matilde Richter²

Vilma Aparecida de Souza³

O direito à educação está assegurado na Constituição Federal (1988) a todos os cidadãos, onde se prevê a garantia de uma educação de qualidade. Defender a educação como um direito fundamental, embora, há quem resista a essa afirmação, traz à tona a importância de se continuar o debate sobre a Educação Inclusiva. Considerar essa realidade e apresentar estudos que abordem os diferentes aspectos e perspectivas para se discutir a inclusão educacional é uma contribuição importante, no sentido de se propor possibilidades contrárias à lógica da exclusão que marcou, e ainda marca, a educação das minorias.

Mesmo com avanços de consideráveis marcos legais nos últimos anos, a Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios significativos, quando se considera as minorias historicamente excluídas, pois ainda se encontra em aberto as diretrizes pelas quais a garantia dessa escolarização inclusiva seria operacionalizada e materializada. Além disso, muitos desses marcos legais atribuem à escola o papel de promotora da inclusão, desconsiderando que essa instituição está dialeticamente situada em uma sociedade de classes, de modo que, sozinha, não consegue resolver a problemática da exclusão escolar.

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas com estágio de pós-doutorado realizado no *Centre de Recherches Sociologiques e Politiques* de Paris – Université Paris VIII. Professora Titular de Políticas e Gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da ANPED e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES. *E-mail: mvieiraufu@ufu.br.*

² Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU, com estágio doutoral CAPES realizado na Universidade do Minho, sob a supervisão do Prof. Almerindo Janela. Professora de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação, da UFU. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE e do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES. *E-mail: leonice@ufu.br.*

³ Editora adjunta a Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU da UFU. Membro do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. *E-mail: vilmasouza@ufu.br.*

Nessa direção, compreendemos por educação inclusiva uma proposta que engloba todos aqueles que, tradicionalmente, são dela excluídos, pessoas com deficiência, pobres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas, dentre outros, ou seja, se dirige a todas as minorias sociais, até então não presentes nas escolas regulares. No entanto, considerando que a sociedade capitalista tem como marca central a exclusão, é preciso estarmos atentos para o fato de que, mesmo que as minorias frequentem as classes regulares, outros aspectos de segregação podem estar presentes, perpetuando a marginalização dessas minorias. É diante deste contexto que nos propomos a contribuir com análises de pesquisadores que trazem reflexões e pesquisas da realidade brasileira, cubana e francesa, por meio do Dossiê “*Políticas de Educação Inclusiva: Desafios Atuais*”.

A Revista Educação e Políticas em Debate apresenta ao público leitor o seu Volume 8, Número 2, totalizando 10 artigos e uma resenha, sendo: seis artigos organizados pelas professoras Lázara Cristina da Silva e Vilma Aparecida de Souza na forma de Dossiê e quatro artigos na seção Demanda Contínua.

Contando com dois artigos internacionais e artigos das regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil, o Dossiê “*Políticas de Educação Inclusiva: Desafios Atuais*” traz diferentes perspectivas para se discutir as políticas de Educação Inclusiva, tais como a educação do campo em Cuba, política educacional destinada aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e políticas de educação especial, o que evidencia sua relevância e contribuição para o aprofundamento da discussão sobre o tema em questão.

Na seção Demanda Contínua, o primeiro artigo traz importantes considerações sobre a política escolar francesa e os demais apresentam significativas análises sobre a Educação a Distância e as Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores, a formação continuada de professores(as) para a educação básica no Plano Nacional de Educação.

O segundo artigo, intitulado “A Educação a Distância nas Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores”, tem como tema as políticas públicas de formação continuada de professores por meio da Educação a Distância – EAD e analisa como a modalidade de EAD se inseriu, a partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, nas políticas públicas de formação continuada de professores, especialmente nos Planos Nacionais de Educação.

No terceiro artigo, “O Plano Nacional de Educação e a formação continuada de professores(as) para a educação básica: análise e monitoramento acerca da Meta 16”, as autoras apresentam uma análise da Meta 16 do PNE-2014/2024 acerca da formação continuada de professores(as) para a Educação Básica, destacando as ações necessárias para a materialização das estratégias da referida meta. As análises apontam ainda os desafios postos, tanto na educação básica, como no ensino superior, para a qualidade da formação dos professores de diferentes áreas

e níveis de ensino, considerando os recentes cortes nos investimentos em educação no país, o que acarretará consequências à qualidade da educação ofertada e dificultará e/ou impossibilitará o cumprimento das Metas do PNE.

Na sequência, o artigo “GO PISA! Indicativos para elaboração de políticas públicas educacionais” apresentar indicativos para possível elaboração de políticas públicas para educação no País, tomando como base a avaliação do PISA (Programme for International Student Assessment), mais especificamente a coleta de dados com foco na atuação de estudantes e professores do Brasil. A análise demonstra a importância dos investimentos em formação dos professores, infraestrutura nas escolas e a definição da continuidade dos meios de avaliação por meio de políticas de Estado.

O quinto artigo, “EducaçãoTM: discussões sobre o ‘Novo Ensino Médio’ do Brasil”, de Luan Cardoso Ferreira, tem como tema central de análise as motivações do poder público para a instituição da recente reforma do ensino médio e sua íntima relação com os interesses e a lógica do setor privado. Para tanto, compara excertos da regulamentação nacional (MP 746/2016, Exposição de Motivos n. 84/2016 e Lei 13415/2017, que altera o art. 36 da LDB, no que se refere ao currículo do ensino médio) a propostas de mudanças para o ensino médio elaboradas por dois grupos privados, o Itaú Unibanco e Instituto Inspirare, além de pontos do programa do Movimento Pela Base Nacional Comum.

A autora Luecy Verônica Mendes Garcia David, no artigo “DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: um estudo sobre o Sistema de Cotas na Universidade Estadual de Londrina (2004-2017)”, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no período de 2017 a 2019 que teve como objetivo analisar o sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina. Dentre os resultados, destaca-se que o sistema de cotas apresenta-se como uma política de inclusão tanto racial como social e que requer acompanhamento e avaliação contínuos para que seus objetivos, declarados em legislação, sejam plenamente alcançados e, por fim, que se contribua para a democratização da educação superior.

Por fim, a resenha da obra “*Religião, Direitos Humanos e Laicidade*”, organizada pelo Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi e pelo Dr. Sérgio Junqueira.

Destarte, agradecemos, às organizadoras do dossiê “*Políticas de Educação Inclusiva: Desafios Atuais*” e aos autores pelas colaborações e pelas potenciais contribuições para a análise, monitoramento e proposições no âmbito das políticas públicas de educação. Almejamos que este trabalho alcance de forma efetiva diferentes espaços e pessoas do tecido social.

Desejamos a todos/as uma ótima leitura!